



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão
Central de Compras
Coordenação-Geral de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 19973.103872/2020-10

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE *SOFTWARES RELACIONADOS A SISTEMAS OPERACIONAIS*

Brasília, setembro de 2021

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO / CENTRAL DE COMPRAS / SEGES / MINISTÉRIO DA ECONOMIA

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
15/09/2020	1.0	Criação do documento	Cristiano Jorge Poubel de Castro
21/09/2020	1.1	Primeira versão consolidada	Antônio Fernandes Soares Netto
29/09/2020	1.2	Versão para publicação de IRP	Cristiano Jorge Poubel de Castro, Antônio Fernandes Soares Netto, Júlio César Proença
16/10/2020	1.3	Atualização do texto inicial	Antônio Fernandes Soares Netto, Gervásio Rôxo Guimarães
17/11/2020	1.4	Revisão da versão para consulta pública	Antonio Fernandes Soares Netto, Cristiano Jorge Poubel de Castro
08/02/2021	1.5	Revisão após IRP e inclusão de CALs para abertura de nova IRP	Antonio Fernandes Soares Netto, Cristiano Jorge Poubel de Castro
10/04/2021	1.6	Revisão após IRP para inclusão de Colunas QTD UASGs, QTD TOTAL DEMANDADA na tabela do subitem 1.2	Gervasio Rôxo Guimarães
15/06/2021	1.7	Revisão para envio à CGLIC	Gervasio Rôxo Guimarães, Thais Cabral de Mello e Carlos Gustavo Cordeiro de Andrade
21/06/2021	1.8	Ajustes para envio à CGLIC	Cícero Padilha de Almeida, Silvio César da Silva Lima
02/09/2021	1.9	Revisão e ajustes decorrentes de alterações no catálogo PMCTIC	Gervasio Rôxo Guimarães
29/09/2021	1.10	Ajustes resultantes após a confirmação de produtos da SUSE e da Microsoft .	Gervasio Rôxo Guimarães e Silvio César da Silva Lima
27/10/2021	1.11	Correção em quantitativos por questionamentos do TCU e manifestações de órgãos desistentes	Gervasio Rôxo Guimarães

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de licenças de uso de *softwares* relacionados a sistemas operacionais, com direito de atualização e suporte conforme especificações e quantidades indicadas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. O objeto é composto pelos seguintes itens:

ITEM	Código CATMAT / CATSER	DESCRIÇÃO CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	Código PMCTIC	QTD UASGs	QTD TOTAL DEMANDADA
1	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows enterprise e3 por usuário (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft®WinE3FromSA AllNlg MonthlySubscriptionsVolumeLicense MVL 1License PerUsr	Subscrição anual	MS-A082	15	7.422
2	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows enterprise e3 por usuário - acadêmico - corpo docente (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft® WinEDUA3 ALNG MonthlySub MVL Per User	Subscrição anual	MS-B175	7	2.248
3	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows enterprise e3 por usuário - acadêmico - estudante (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft® WinEDUA3 ALNG MonthlySub MVL Per User	Subscrição anual	MS-B176	7	4.800
4	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas	windows server 2019 standard 32/64bits	Microsoft®WindowsServerSTDCORE AllNlg	Subscrição anual	MS-A806	10	3.014

		de computador locação de software	(subscrição anual), suporte padrão	License/SoftwareAssurancePack MVL 2Licenses CoreLic				
5	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows server 2019 standard 32/64bits - acadêmico (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft®WindowsServerSTDCORE AIIIng License/SoftwareAssurancePack MVL 2Licenses CoreLic	Subscrição anual	MS-B154	7	2.208
6	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows server 2019 datacenter 32/64bits (subscrição anual), suporte prioritário	Microsoft®WindowsServerDCCore AIIIng License/SoftwareAssurancePack MVL 2Licenses CoreLic	Subscrição anual	MS-A803	18	1.063
7	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows server 2019 datacenter 32/64bits - acadêmico (subscrição anual), suporte prioritário	Microsoft®Windows®ServerDatacenter AIIIng SASStepUp MVL 1License WindowsServerStandard 2Proc	Subscrição anual	MS-B568	10	558
8	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard - 36 meses, suporte padrão	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard (RH00002)	Subscrição 36 meses	RH00002F3	4	23
9	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters com Smart Management, Premium - 36 meses, suporte prioritário	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium	Subscrição 36 meses	RH00006	7	137
10	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Red Hat Enterprise Linux Server com Smart Management, Premium (Physical or Virtual Nodes) - 36 meses, suporte prioritário	Red Hat Enterprise Linux Server with Smart Management, Premium	Subscrição 36 meses	RH00008F3	7	96
11	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Linux Enterprise Server Priority (1-2 Soquetes ou 1-2 máquinas virtuais) - 36 meses, suporte prioritário	SUSE Linux Enterprise Server, x86 & x86-64, 1-2 Sockets or 1-2 Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	4	28
12	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Servidor empresarial Linux com Live Patching, x86-64, (1-2 Soquetes com máquinas virtuais ilimitadas) - suporte prioritário, 36 meses	SUSE Linux Enterprise Server with Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	3	12
13	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Manager Lifecycle Management+, x86-64, 1-2 Sockets com máquinas virtuais ilimitadas, suporte prioritário, 3 Year	SUSE Manager Lifecycle Management+, x86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	3	12
14	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Manager Lifecycle Management + x86-64 (1-2 Sockets ou 1-2 máquinas virtuais) - 36 meses com suporte prioritário	SUSE Manager Lifecycle Management+, x86-64, 1-2 Sockets or 1-2 Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	2	11
15	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Desktops Linux, 1 instância – Suporte Padrão - 36 meses	SUSE Linux Enterprise Desktop, x86 & x86-64, 1 Instance, Standard Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	3	41
16	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Oracle Linux Basic - 36 meses, suporte padrão	Oracle Linux Basic - 3 year support	Subscrição 36 meses	-	5	15
17	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Oracle Linux Premier Limited - 36 meses, suporte prioritário	Oracle Linux Premier Limited - 3 year support	Subscrição 36 meses	-	3	12
18	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas	Oracle Linux Premier - 36 meses, suporte	Oracle Linux Premier - 3 year support	Subscrição 36 meses	-	3	8

		de computador locação de software	prioritário				
--	--	--------------------------------------	-------------	--	--	--	--

1.3. Os itens descritos na tabela acima serão adjudicados em separado, tendo em vista que o julgamento da licitação será por item.

1.4. As licenças de *software* constantes deste Termo de Referência devem ser fornecidas em sua versão mais recente.

1.5. O objeto da licitação tem a natureza de bens e serviços comuns, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado; podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

1.6. Das soluções apresentadas nesse termo de referência, alguns produtos de que trata o subitem 1.2 do TR constam de Catálogo de Soluções de TIC, instrumento previsto na [Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019](#), com redação dada pela [Instrução Normativa SGD/ME nº 202, de 18 de setembro de 2019](#). Tais valores serviram de orientação para as análises realizadas a fim de definição do preço de referência estabelecido neste instrumento.

DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1.7. O órgão gerenciador será a Central de Compras do Ministério da Economia.

1.8. São partes desta contratação **36 (trinta e seis) UASGs** - a UASG 153029 reúne os campi de Medianeira, Santa Helena e Toledo. Na tabela abaixo, constam as **UASGS (Unidades Administrativas de Serviços Gerais)** - e respectivas as cidades/Estados - que registraram a participação na Intenção de Registro de Preços e que devem observar a instrução deste processo de contratação, em observância a Instrução Normativa nº 01/2019 SGD/ME:

ID	IDENTIFICAÇÃO DA UASG	CIDADE/ESTADO
1	80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	Goiânia/GO
2	113201 - SAE-CNEN-COMIS.NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR/RJ	Rio de Janeiro/RJ
3	153015 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA - MG	Belo Horizonte/MG
4	153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Medianeira/PR
5	153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Santa Helena/PR
6	153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Toledo/PR
7	153032 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG	Lavras/MG
8	154003 - MEC-FUCAPES-FUND.COORD.DE AP.NIV. SUPERIOR/ DF	BRASÍLIA/DF
9	154040 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	BRASÍLIA/DF
10	154359 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Alegrete/RS
11	156403 - SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA	São Carlos/SP
12	158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Goiânia/GO
13	158132 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC DO MAT.G.DO SUL	Campo Grande/MS
14	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Porto Velho/RO
15	158150 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	Macapá/AP
16	158153 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS	Goiânia/GO
17	158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	São Paulo/SP
18	158157 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	Rio de Janeiro/RJ
19	158296 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS S.R.MANGABEIRAS	São Raimundo das Mangabeiras/MA
20	158429 - IFES - CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Venda Nova do Imigrante/ES
21	158568 - INST.FED.DO SERTÃO PERNAMB/CAMPUS SALGUEIRO	Salgueiro/PE
22	158740 - INST.FED.CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA	Santa Maria da Boa Vista/PE
23	158750 - IFECT-SP - CAMPUS PIRITUBA	São Paulo/SP
24	160129 - ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS	Três Corações/MG
25	160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME /MT	Cuiabá/MT
26	160395 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS	Porto Alegre/RS
27	160414 - COMANDO 6 BRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA/RS	Santa Maria/RS
28	183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Duque de Caxias/RJ
29	193028 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS/ AM	Manaus/AM
30	200119 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS	Porto Alegre/RS
31	240101 - MCT-COORD. GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS/DF	BRASÍLIA/DF
32	243001 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	BRASÍLIA/DF
33	250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Rio de Janeiro/RJ
34	320004 - MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS / DF	BRASÍLIA/DF
35	364102 - CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL	BRASÍLIA/DF
36	458250 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO/RO	Ji-Paraná/RO
37	550005 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	BRASÍLIA/DF
38	927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Boa Vista/RR

1.9. A distribuição dos itens com os respectivos quantitativos está prevista no 'Anexo A - Pauta de Distribuição' deste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. São bens e serviços que compõem as Soluções de Sistemas Operacionais, incluindo as variações de licenciamento apresentadas no objeto deste Termo de Referência:

PRODUTOS	DESCRIÇÃO TÉCNICA
Windows Enterprise E3	Subscrição anual do windows enterprise 10 por meio de licenciamento por volume, incluindo o Software Assurance pelo período mínimo de 12 meses, além das seguintes funcionalidades mínimas: a) Credential Guard - Recurso de segurança baseada em virtualização que auxilia na proteção de dados (por exemplo, hashes de senha NTLM, tickets de concessão de ticket Kerberos). Este recurso possibilita que apenas o software do sistema com privilégios possa acessá-los. b) Device Guard - Recursos de segurança de hardware e software que permite apenas a execução de aplicativos confiáveis em um dispositivo. c) Gerenciamento do AppLocker - Recurso que auxilia o usuário a determinar quais aplicativos e arquivos os usuários podem executar em um dispositivo. d) Application Virtualization - Recurso que disponibiliza aplicativos para usuários finais sem instalar a instalação diretamente nos dispositivos dos usuários. e) User Experience - Recurso que permite a captura de configurações de aplicativos e do windows personalizadas pelo usuário, armazenando-as em um compartilhamento de arquivos de rede. f) Experiência do Usuário Gerenciada - Recurso que permite personalizar e bloquear a interface do usuário de um dispositivo Windows para restringi-lo a uma tarefa específica.
Windows Server 2019 Standard	Sistema Operacional Windows Server 2019 ou superior, versão standard, contendo no mínimo as seguintes funcionalidades: a) funcionalidades básicas da família windows server, a exemplo: Certificação Active Directory (AD), Serviços de Federação do Active Directory (AD FS), Active Directory Lightweight Directory Services, Servidor DHCP, Servidor DNS, Serviços de Arquivo e Armazenamento, Serviço Guardião de Host, Hyper-V, Serviços de impressão e documentos, Acesso remoto, Serviços da área de trabalho Remota, Serviços de Ativação por Volume, Servidor Web IIS, Experiência do Windows Server Essentials; b) Integração híbrida; c) permissão para dois Contêineres de OSEs*/Hyper-Vou VMs. d) permissão de Contêineres do Windows Server ilimitados e) permissão de um único volume da Réplica de Armazenamento de até 2 TB.
Windows Server 2019 Datacenter	Sistema Operacional Windows Server 2019 ou superior, versão Datacenter, contendo no mínimo as seguintes funcionalidades: a) funcionalidades básicas da família windows server, a exemplo: Certificação Active Directory (AD), Serviços de Federação do Active Directory (AD FS), Active Directory Lightweight Directory Services, Servidor DHCP, Servidor DNS, Serviços de Arquivo e Armazenamento, Serviço Guardião de Host, Hyper-V, Serviços de impressão e documentos, Acesso remoto, Serviços da área de trabalho Remota, Serviços de Ativação por Volume, Servidor Web IIS, Experiência do Windows Server Essentials; b) Integração híbrida; c) suporte a Infraestrutura hiperconvergente; d) permissão para Contêineres de OSEs*/Hyper-V ou VMs ilimitados; e) permissão de Réplica de Armazenamento ilimitado; f) Máquinas virtuais (VMs) blindadas; g) Rede definida por software; h) Armazenamento definido por software
Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard - 36 meses	Sistema Operacional Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, versão Standard. A modalidade Datacenter habilita a instalação de um número ilimitado de subscrições do sistema operacional em máquinas virtuais em hypervisors certificados.
Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium - 36 meses	Sistema Operacional Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, habilitado para um número ilimitado de subscrições do sistema operacional em máquinas virtuais em hypervisors certificados, além de incluir o agente de software para habilitar o gerenciamento do sistema operacional na plataforma de gerenciamento Red Hat para um número ilimitado de guests.
Red Hat Enterprise Linux Server com Smart Management, Premium (Physical or Virtual Nodes) - 36 meses	Sistema Operacional Red Hat Enterprise, versão Premium com suporte à instalação em 1 servidor físico com até 2 sockets (pastilhas) ou 2 máquinas virtuais no mesmo servidor físico, além de incluir o agente de software para habilitar o gerenciamento do sistema operacional na plataforma de gerenciamento Red Hat para 1 servidor físico com até 2 sockets (pastilhas) ou 2 máquinas virtuais.
SUSE Linux Enterprise Server, x86 & x86-64, 1-2 Sockets or 1-2 Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Sistema operacional SUSE Linux Enterprise Server 15 ou superior com suporte à instalação em máquinas virtuais ilimitadas, com suporte do tipo prioritário.
SUSE Linux Enterprise Server with Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Sistema operacional SUSE Linux Enterprise Server 15 ou superior com suporte à instalação em máquinas virtuais ilimitadas, com suporte do tipo prioritário.
SUSE Manager Lifecycle Management+, x86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Habilita suporte aos servidores vinculados ao SUSE Manager.
SUSE Manager Lifecycle Management+, x86-64, 1-2 Sockets or 1-2 Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Habilita suporte aos servidores vinculados ao SUSE Manager.
SUSE Linux Enterprise Desktop, x86 & x86-64, 1 Instance, Standard Subscription, 3 Year	Sistema Operacional LINUX para desktop com suporte Standard, compatível com Active Directory.
Oracle Linux Basic Limited - 36 meses	Oracle Linux 7 ou superior com suporte Basic com suporte à instalação em 1 servidor físico com até 2 sockets (pastilhas) ou 2 máquinas virtuais no mesmo servidor físico
Oracle Linux Premier Limited - 36 meses	Oracle Linux 7 ou superior com suporte Premier com suporte à instalação em 1 servidor físico com até 2 sockets (pastilhas) ou 2 máquinas virtuais no mesmo servidor físico
Oracle Linux Premier - 36 meses	Oracle Linux 7 ou superior com suporte Premier com suporte à instalação em mais de 2 sockets (pastilhas).

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. A aquisição de **licenças de uso de softwares relacionados a Sistemas Operacionais** é motivada pela materialidade em termos do total de gastos previstos para 2021 e da quantidade de iniciativas fragmentadas de aquisição nos diferentes Planos Anuais de Contratações (PAC) dos órgãos da Administração Pública.

3.1.2. Segundo informações extraídas da base de dados do sistema PGC, em 23 de maio de 2019, acessadas por meio do painel "MPOG - SEGES - Novo Painel de Compras - v 44", a categoria genérica *software* apurada nos PACs é a segunda maior iniciativa em termos de volume financeiro previsto para 2020, alcançando a ordem de R\$ 907 milhões distribuídas em mais de 2.600 ações. Dessas, um pouco mais de R\$ 113,5 milhões, em 247 iniciativas, são específicas para soluções de Sistemas Operacionais.

3.1.3. Durante a realização dos estudos técnicos preliminares, constatou-se uma nova janela de atualização das informações do PGC de maio de 2020. A nova análise desses dados evidenciou a existência de 290 iniciativas relacionadas exclusivamente à sistemas operacionais, totalizando um volume de gasto previsto na ordem de R\$ 51,4 milhões.

3.1.4. Além da materialidade de gastos prevista no sistema PGC, outro aspecto que reforça a necessidade de aquisição de sistemas operacionais advém do Relatório de Avaliação da Governança e Gestão de Ativos de TIC elaborado pela Controladoria Geral da União (CGU), endereçado ao Ministério da Economia por meio da Ordem de Serviço: 201900221. A CGU durante esse estudo identificou que em um universo de 141 órgãos mais da metade afirmou em pesquisa que utiliza o sistema operacional *Windows 7*, cujo fabricante encerrou o suporte e o fornecimento de atualizações de segurança em 14/01/2020. Conforme o referido órgão de controle interno, tal situação implica em riscos e brechas de segurança da informação associados à descontinuidade do suporte de atualização do Windows 7.

3.1.5. Nesse sentido, a centralização da aquisição de solução de Sistemas Operacionais busca possui um significativo potencial de redução tanto de custos administrativos quanto de valores unitários dos produto, em função do potencial do ganho de escala devido à quantidade de licenças previstas para 2020, conforme apresentado no "Relatório 3" (Relatório Preliminar de Inteligência Interna - SEI-ME 8914994), além de se mostrar estratégica no tocante a garantia da segurança da informação das estações de trabalhos utilizadas por órgãos da Administração Pública.

3.1.6. Além da potencialidade de se economizar, a centralização da aquisição uniformiza especificações dos produtos com vistas a estabelecer um padrão de qualidade e desonerar os órgãos de alocar recursos humanos na especificação da solução, bem como os desonera na realização de processos licitatórios de menor porte.

3.1.7. Cabe ressaltar que compete a cada órgão ou entidade promover o estudo comparativo de soluções, incluindo a análise de custo total de propriedade para cada solução, com vistas a avaliar a opção mais adequada em termos quantitativos (custos totais) e qualitativos (atendimento às necessidades).

3.1.8. Por fim, nos termos do Art. 47 da Portaria nº 339, de 8 de outubro de 2020, que institui o Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados do Ministério da Economia, a aquisição centralizada de **licenças de uso de softwares relacionados a sistemas operacionais** atende aos seguintes critérios direcionadores:

- a) possibilidade de centralização da seleção do fornecedor, com ganhos de escala;
- b) necessidade de melhoria da qualidade de bens, serviços, processos e procedimentos;
- c) oportunidades de padronização de bens e serviços;
- d) ganhos de eficiência administrativa, pela economia de tempo, recursos materiais e pessoas;

3.1.9. Ademais, a aquisição de **licenças de uso de softwares relacionados a sistemas operacionais** integra o rol de ações previstas na implementação do processo de gestão estratégica de grandes fabricantes de soluções de TI proposta pela SGD-ME como forma de atendimento às determinações do Acórdão TCU 2.569/2018-Plenário, buscando mitigar as disfunções de preços finais ocasionadas pela compra descentralizada e almejar maior economia de escala e processual para o suprimento das necessidades de diversas instituições públicas.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.2.1. Conforme Art. 7º da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, as contratações de soluções de TIC deverão constar no Plano Anual de Contratações, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019, e deve guardar alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação dos órgãos ou entidades contratantes.

3.2.2. Nos termos do Art. 131 do [Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019](#), integra o rol de competências da Central de Compras planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades para realização de aquisições, contratações e gestão de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, de uso comum, para atender aos órgãos e às entidades da administração pública federal.

3.2.3. A presente aquisição também guarda alinhamento à Estratégia de Governo Digital (EGD), no tocante ao **Objetivo Estratégico 16**, qual seja: otimização das infraestruturas de tecnologia da informação no Governo Federal. Para alcance deste objetivo estratégico, a EGD enuncia como iniciativa (**Iniciativa nº 16.4**) que é otimizar a infraestrutura de, pelo menos, trinta datacenters do Governo federal, até 2022, com a participação dos órgãos da Administração Pública, conforme disposto no Anexo do [Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#).

3.2.4. Nesse sentido, a licitação de **licenças de uso de softwares relacionados a sistemas operacionais** está alinhada à Estratégia de Governança Digital – EGD, ao Plano Anual de Contratação dos órgãos da administração pública, que por sua vez são responsáveis por permitir o respectivo alinhamento aos PDTIC vigentes nos termos do Art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2019 SGD/ME dos órgãos e entidades.

3.3. Do uso do Registro de Preços

3.3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP, regulamentado pelo Decreto nº 7.892/2013, sendo a CENTRAL DE COMPRAS o órgão gerenciador e os ÓRGÃOS e ENTIDADES incluídos como participantes.

3.3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços para a presente contratação fundamenta-se no inciso III do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, qual seja: será adotado o SRP quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo. Nesse sentido, a presente contratação almeja suprir a demanda dos órgãos que registraram as iniciativas no sistema PGC para o PAC do ano de 2020.

3.3.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da administração pública poderá ser autorizado a utilizar a Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, devendo, para tanto, consultar a Central de Compras sobre a possibilidade de adesão, nos termos do art. 22, do Decreto nº 7.892/2013.

3.3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente fizerem a adesão.

3.3.5. A possibilidade de adesão tardia justifica-se nesse certame tendo em vista a natureza da execução do processo de centralização de compras. A central de Compras no exercício de suas atribuições objetiva maximizar o alcance de seus processo àquelas instituições que possuem demandas similares ao objeto da contratação e que por diferentes circunstâncias não conseguiram registrar tal demanda no momento da realização da IRP. Ademais a IN. nº 01/2019 SGD/ME torna obrigatória a execução de todas as etapas da fase de Planejamento da Contratação, independentemente do tipo de contratação, inclusive nos casos de formação de Ata de Registro de Preços. Portanto, não é raro que órgãos e entidades percam o prazo de registro de intenção na realização dos processos de planejamento. Nesse contexto, a previsão de utilização do instituto de adesão tardia torna-se fundamental para que aqueles órgãos que não conseguiram efetuar o registro da demanda na formação da Ata não deixem de se beneficiar das vantagens trazidas pela centralização da contratação. Em especial, do ganho de escala obtido com os volumes demandados com a centralização.

3.4. Estimativa da demanda

3.4.1. A estimativa da demanda de **licenças de uso de softwares relacionados a sistemas operacionais** foi consolidada após a finalização da IRP (Intenção de Registro de Preços) e refletida no item 9.1 desse TR.

3.5. Parcelamento da Solução de TIC

3.5.1. A Súmula TCU nº 247 dispõe que é obrigatória, como regra, a admissão da adjudicação por item e não por preço global de lotes, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

3.5.2. Nesse sentido, a solução está parcelada em itens com vistas a ampliar a competitividade do certame, nos termos do disposto na Súmula TCU nº 247 e na IN. 01/2019 SGD/ME.

3.6. Resultados e benefícios a serem alcançados

3.6.1. Pretende-se alcançar os seguintes resultados e benefícios:

- a) Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;
- b) Eficiência com a redução do custo administrativo processual em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- c) Efetividade com a padronização dos serviços e aumento da qualidade das especificações técnicas em observância a iniciativa de instituição de Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas previsto pela Instrução Normativa nº 202/2019 SGD/ME;
- d) Eficácia com o atendimento das necessidades de diversas instituições que cadastraram suas necessidades de contratação de licenças de *software* de sistemas operacionais;

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição da solução mais adequada a tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

- a) Atender às demandas registradas nos Planos Anuais de Contratações (PAC) relacionadas à aquisição de *softwares* de sistemas operacionais;
- b) Permitir a agregação de um volume significativo de demanda ao mercado fornecedor e, com isso, obter potencialmente melhores ofertas tanto em termos financeiros quanto técnicos;
- c) Operacionalizar por meio do Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013) o catálogo de produtos disponibilizados pela SGD em sede do processo estratégico de gestão de grandes fabricantes de soluções de TI.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. As iniciativas de capacitação do corpo técnico dos órgãos foge ao escopo da presente contratação. Tais ações devem ser realizadas por cada entidade de acordo com os respectivos Planos de Desenvolvimento de Pessoas.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei nº 8.666/93, (Lei de Licitações), Lei nº 10.520/01, (Lei do Pregão), Decreto nº 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), Decreto nº 7.892/2013 (Registro de Preços), IN. nº 01/2019 SGD/ME (Contratação de Soluções de TIC) e legislação específica aplicada.

4.4. Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico

- 4.4.1. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante no momento da assinatura do contrato.
- 4.4.2. As atualizações ou correções das versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual.
- 4.4.3. O suporte técnico deverá estar disponível, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em português ou por meio de um tradutor;
- 4.4.4. Disponibilidade para abertura de chamado: 24x7x365 (*web*, *e-mail* ou *telefone*).
- 4.4.5. O atendimento será preferencialmente remoto. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser executada. Nos dois casos, sempre com acompanhamento da equipe técnica da CONTRATANTE.
- 4.4.6. A CONTRATADA deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos abaixo:
 - 4.4.6.1. Quando um chamado for aberto pela CONTRATANTE, a CONTRATANTE deverá atribuir ao chamado o nível de severidade de acordo com a avaliação do tipo do problema e do impacto/dano para a CONTRATANTE.
 - 4.4.6.2. Para os produtos descritos no objeto da contratação, deve-se considerar os seguintes tipos de problemas e níveis de severidade.

Nível de severidade	Descrição de suporte e operações
Severidade A (Crítica)	Um ou mais serviços não estão acessíveis ou não podem ser usados. A produção, as operações ou as datas limite para implantação são gravemente afetadas, ou há um grave impacto sobre a produção ou a lucratividade. Vários usuários ou serviços são afetados.
Severidade B (Alta)	O serviço pode ser usado, mas com limitações. A situação tem impacto comercial moderado e é possível lidar com ela durante o horário comercial. Um único usuário, cliente ou serviço é parcialmente afetado.
Severidade C (Não Crítica)	A situação tem impacto comercial mínimo. O problema é importante, mas não tem impacto expressivo na produtividade e no serviço atual do cliente. Um único usuário experimenta interrupção parcial, mas existe uma solução alternativa aceitável.

Nível de severidade	Nível de serviço para Suporte Padrão	Nível de serviço para Suporte Prioritário
Severidade A (Crítica)	Disponível em horário comercial (8/5), com Tempo máximo de resposta: 2 horas úteis	Disponível: 24/7 com Tempo máximo de resposta: 1 hora
Severidade B (Alta)	Disponível em horário comercial (8/5), com Tempo máximo de resposta: 4 horas úteis	Disponível: 24/7 com Tempo máximo de resposta: 4 horas
Severidade C (Não crítica)	Disponível em horário comercial (8/5), com Tempo máximo de resposta: 24 horas úteis	Disponível: 24/7 com Tempo máximo de resposta: 24 horas

- 4.4.6.3. Para efeitos da tabela acima, consideram-se:
 - a) Tempo de Reposta: O tempo decorrido desde a criação da solicitação até a primeira resposta.
 - b) Tempo de Solução: O tempo decorrido desde a criação da solicitação até resolução completa do problema ou solução de contorno que assegura as funcionalidades necessárias para o perfeito funcionamento dos sistemas.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. As licenças do *software* contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 15 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço (OS), podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

4.6. Requisitos de Segurança da Informação

- 4.6.1. A CONTRATADA deverá seguir os procedimentos básicos mínimos de segurança listados:
 - a) Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, inclusive sua Política de Segurança da Informação e Comunicações – quando aplicável ao objeto;
 - b) A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE;

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.7.1. O presente processo deve estar aderente à Lei nº 12.305/ 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, quando aplicável ao objeto.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.8.1. A disponibilização das licenças de uso dos *softwares* deve ser providas por meio de recursos de licenciamento por volume ou plataforma similar que possibilite o controle e rastreabilidade dos licenciamentos solicitados e fornecidos.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1. A CONTRATADA deverá oferecer suporte quanto aos procedimentos de acesso e ativação do licenciamento dos produtos.

4.11. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica

4.11.1. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante todo o período contratual.

4.11.2. A CONTRATADA deverá possibilitar a abertura ilimitada de chamados de suporte.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. O fornecimento das licenças será feito por meio digital conforme quantidade e tipos de licenças constantes da Ordem de Serviço (OS).

4.15. Outros Requisitos Aplicáveis

4.15.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quando aplicável ao objeto.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES**5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

- a) Instruir os autos do processo administrativo, físico ou eletrônico, com os documentos afetos ao recebimento provisório e definitivo dos bens, tais como: termo de recebimento provisório (TRP) e definitivo (TRD), devidamente assinados pelo gestor do contrato; metodologia adotada no recebimento definitivo dos bens, contendo a definição da amostra ou a totalidade dos itens a serem testados e inspecionados (exame qualitativo); resultados dos testes de atendimento aos critérios de aceitação e das verificações de conformidade aplicados;
- b) A contratante deverá se alinhar aos dispositivos previstos na Instrução Normativa SGD-ME nº 1, de 4 de abril de 2019, no tocante a todas as etapas do processo de compra, desde o planejamento (que deve incluir o Documento de Oficialização da Demanda e o Estudo Técnico Preliminar) até a etapa de execução, gestão e fiscalização do contrato, atentando para a devida instrução processual;
- c) Nomear Gestor e Fiscais, Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço contratado, por servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio eventuais incidentes relevantes com data, dia e hora da ocorrência, e outras informações que julgar pertinentes;
- e) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço estabelecidos;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- h) Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança e no Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo;
- i) Garantir, quando necessário, o acesso presencial ou à distância da CONTRATADA ao ambiente físico ou lógico da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido processo de autorização;
- j) Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;
- k) Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;
- l) Encaminhar formalmente a demanda, por meio de abertura de chamados técnicos, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- m) Notificar a CONTRATADA da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, de acordo com os níveis de serviço estabelecidos;
- n) Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato;
 - Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.
- o) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- p) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- q) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- r) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

- s) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;
- t) Comunicar à CONTRATADA de potenciais ocorrências que possam impactar o fornecimento do serviço ora contratado.

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- a) Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere à implantação, operação e níveis de serviço;
- b) Executar o objeto do certame em estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)). Para a habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/18;
- c) Executar os serviços conforme especificações neste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito nacional e local, garantindo o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação vigente, em especial as relacionadas à segurança da informação;
- e) Prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato;
- g) Indicar no prazo máximo de 3 dias úteis, após a assinatura do contrato, junto à CONTRATANTE, um preposto para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
 - Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.
- h) Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas ao contrato firmado, tais como manutenção, configuração, entre outras;
- i) Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;
- j) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- k) Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.
- l) Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;
- m) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado em contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- n) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- o) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- p) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- q) Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- r) Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;
- s) Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- t) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- u) Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quais sejam, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- v) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- w) Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- x) Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

5.3.1. O órgão gerenciador será a Central de Compras, vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES-ME).

5.3.2. São deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços:

- a) Compilar as demandas envolvidas, os quantitativos mínimos e máximos por requisição, os locais de entrega e prazos, entre outras informações fornecidas pelos órgãos participantes, para sistematizar e harmonizar as disposições do Edital e do Termo de Referência, e dispor os itens do objeto licitatório da forma mais adequada para a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública;
- b) Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência;
- c) Realizar o pregão, efetuar o registro do licitante vencedor, efetivar a homologação da licitação e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- d) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

- e) Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, *e-mail*, ou sistema informatizado, quando disponível; e
 - 2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- f) Cumprir outras obrigações que se apliquem ao objeto da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO

6.2. Inicialização do contrato

6.2.0.1. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.2.0.2. A reunião será realizada, preferencialmente, de forma remota, em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN nº 01/2019 SGD/ME e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

6.2.0.3. A pauta dessa reunião observará, pelo menos, a apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A carta de apresentação do preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.2.0.4. As licenças do *software* contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 15 dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço (OS), podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

6.2.1. Encaminhamento de demandas e controle de solicitações

6.2.1.1. O fornecimento de licenças deverá ser realizado mediante formalização de Ordem de Fornecedor de Bens (OFB) emitida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, em conformidade com as orientações contidas na Instrução Normativa nº 01/2019 SGD/ME, e seguirá o seguinte fluxo.

6.2.1.2. Os Fiscais Requisitantes serão os responsáveis por iniciarem o fluxo da demanda, comunicando a necessidade à Área de TI da CONTRATANTE.

6.2.1.3. A área de TI da CONTRATANTE analisará, a viabilidade de execução da demanda, se pertence ao escopo contratado e se está alinhada às prioridades definidas pelo Comitê de TI ou órgão equivalente.

6.2.1.4. Havendo continuidade/viabilidade, o Gestor do contrato, com o apoio dos Fiscais Técnicos, encaminhará a OFB à CONTRATADA.

6.2.2. Execução e acompanhamento do fornecimento dos Bens

6.2.2.1. A demanda de fornecimento de bens será encaminhada à CONTRATADA por meio de documentos oficiais de comunicação definidos neste Instrumento.

6.2.2.2. A CONTRATADA, para cada demanda recebida, deverá realizar as entregas dos produtos, de acordo com os respectivos prazos e dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as definições especificadas neste Instrumento.

6.2.2.3. Os prazos para fornecimento de bens deverão ser aqueles definidos neste Instrumento. O atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos na demanda resultará na aplicação das penalidades previstas em contrato e ou no Edital e seus anexos.

6.2.2.4. Caso necessário e a critério do gestor do contrato, esse prazo poderá ser motivadamente estendido para garantir a efetiva entrega dos produtos.

6.2.3. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

6.2.3.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- a) Ordem de Fornecedor de Bem (OFB);
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) *E-mails*,
- f) Cartas.

6.3. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

6.3.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.3.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado pelos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de Recebimento e Aceitação

7.1.1. O recebimento dos bens será realizado conforme estipulado no Art. 73 da Lei 8.666/93 e nos procedimentos a seguir.

7.1.1.1. As licenças do software contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 15 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecedor de Bens (OFB), podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE, conforme item 4.5.1 deste Termo de Referência.

7.1.2. O Fiscal Técnico do contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TRP) relativo a OFB, desde que haja a entrega dos produtos e documentação aplicável referente aos serviços realizados ou bens fornecidos.

7.1.3. O prazo de emissão do TRP é de até 5 (cinco) dias úteis para o fornecimento dos produtos descritos na OFB, contados a partir da comunicação da CONTRATADA de entrega dos produtos.

7.1.4. Caso sejam verificados produtos incompletos ou inconsistentes, o Fiscal Técnico comunicará à CONTRATADA para que realize os ajustes necessários, sem prejuízo do prazo de entrega definido na OFB.

7.1.5. A Ordem de Fornecedor de Bem (OFB) não será recebida provisoriamente enquanto os produtos não forem entregues por completo.

- 7.1.6. Havendo justificativa pelo não atendimento dos critérios de aceitação, a CONTRATADA deverá apresentar a justificativa ao Gestor do contrato que decidirá quanto à aceitação.
- 7.1.7. Após o Recebimento Provisório, os Fiscais Técnico e Requisitante do contrato promoverão a avaliação da qualidade dos serviços realizados (homologação), de acordo com os Critérios de Aceitação e demais requisitos definidos neste Termo de Referência.
- 7.1.8. Havendo conformidade com a execução do serviço e atendidos os Critérios de Aceitação, o Fiscal Requisitante e o Gestor do contrato confeccionarão e assinarão o Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.1.9. O prazo de emissão do TRD é de até 10 (dez) dias úteis para os serviços, ambos contados a partir da data de emissão do TRP.
- 7.1.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no 90º (nonagésimo) dia após a emissão do TRP.
- 7.1.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato nos termos da lei.
- 7.1.12. O Fiscal Administrativo verificará a aderência aos termos contratuais.
- 7.1.13. Caso não haja aderência, o Fiscal Administrativo deve indicar os termos que não estão aderentes ao contrato e o Gestor do contrato deve, então, encaminhar as devidas propostas de sanções para Área Administrativa proceder aos trâmites legais, resguardando sempre a ampla defesa e o contraditório.
- 7.1.14. De posse do Termo de Recebimento Definitivo e da avaliação dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos realizada pelos Fiscais, o Gestor do contrato autorizará a CONTRATADA a emitir a(s) Nota(s) Fiscal(is), por meio de aviso formal ao Preposto, via instrumentos de comunicação previstos neste TR.
- 7.1.15. Após emissão da Nota Fiscal, o Fiscal Administrativo do contrato realizará a verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.
- 7.2. **Critérios de Aceitação**
- 7.2.1. Serão aceitos para fins de emissão de Termo de Recebimento Definitivo:
- 7.2.1.1. A disponibilização das licenças e/ou chaves de ativação devidamente requeridas por meio de Ordem de Serviço que estejam ativas e funcionalmente aptas às necessidades a que se destinam.
- 7.2.1.2. A contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os softwares fornecidos ou uma amostra dos softwares, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.
- 7.3. **Procedimentos de Teste e Inspeção**
- 7.3.1. Definição dos procedimentos de teste e inspeção para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Definitivo e Provisório, abrangendo:
- 7.3.1.1. a verificação dos produtos, dos códigos de licenças e respectivas validades dos seriais e licenciamentos disponibilizados;
- 7.3.1.2. a verificação do acesso aos produtos de softwares solicitados.
- 7.4. **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**
- 7.4.1. Os níveis mínimos de serviço descrevem a disponibilidade mínima que a CONTRATADA deve garantir em relação ao tempo de atividade ou continuidade dos serviços contratados.
- 7.4.2. A aferição dos níveis de serviço será realizada por meio do indicador descrito no quadro a seguir:

INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA (IAE)	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço.
Meta a cumprir	IAE ≤ 0 (A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço - OS dentro do prazo previsto.)
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
Forma de acompanhamento	A avaliação será realizada por meio da verificação da data de entrega constante na Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) e da data de recebimento provisório das licenças.
Periodicidade	por Ordem de Fornecimento de Bem (OFB)
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>TEX = (DEE - DDE)</p> <p>Onde:</p> <p>TEX = Tempo de execução (quantidade de dias entre o envio da OFB e o recebimento provisório).</p> <p>DDE = Data definida para entrega das licenças constante na Ordem de Fornecimento de Bens (OFB).</p> <p>DEE = Data efetiva da entrega das licenças.</p>
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	<p>Para valores iguais ou inferiores a 0 (zero) – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 15 (dias de atraso) – Glosa de 5% sobre o valor da OFB;</p> <p>De 16 a 20 (dias de atraso) – Glosa de 10% sobre o valor da OFB;</p> <p>De 21 a 30 (dias de atraso) – Glosa de 15% sobre o valor da OFB;</p> <p>Acima de 30 (dias de atraso) – Será aplicada também a multa de 3% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa anterior.</p>

INDICADOR DE SUPORTE ATENDIDO DENTRO DO PRAZO (SAP)	
Finalidade	Assegurar que os chamados estejam dentro do prazo de início e fim de atendimento
Meta a cumprir	SAP => 90% (assegurar que os chamados sejam atendidos dentro do prazo de início e fim de atendimento)
Instrumento de medição	Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico.
Forma de acompanhamento	Cálculo do prazo de Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico em relação ao Nível de Serviço
Periodicidade	Mensalmente
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$SAP = (QAP/QTA) \times 100$ <p>Onde:</p> <p>QAP= Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo.</p> <p>QTA= Quantidade total de chamados atendidos.</p>
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	<p>Para valores iguais ou superiores a 90% – Pagamento integral da OS;</p> <p>Abaixo de 90% – Será aplicada advertência e em caso de reincidência multa de 3% sobre o valor da licença relacionada ao objeto do chamado.</p>

7.5. Sanções Administrativas e procedimentos para glosa no pagamento

7.5.1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato ou a Ata, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

7.5.2. Pela recusa em assinar a Ata, o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a regular convocação, a licitante poderá ser penalizada com multa no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no parágrafo anterior.

7.5.3. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

- 7.5.3.1. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.5.3.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.5.3.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.5.3.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 7.5.3.5. cometer fraude fiscal.

7.5.4. Pela **inexecução total ou parcial** do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 7.5.4.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para o serviço contratado e atinjam determinada pontuação conforme descrito nos itens 7.5.15;
- 7.5.4.2. **Multa**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretem prejuízos para o serviço contratado e atinjam determinada pontuação conforme descrito nos itens 7.5.15;
- 7.5.4.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.5.4.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.5.4.5. **Sanção de impedimento de licitar e de contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 7.5.4.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação essa que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 7.5.4.7. As sanções previstas nos subitens 7.5.4.1, 7.5.4.4, 7.5.4.5 e 7.5.4.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

7.5.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 7.5.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.5.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.5.5.3. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.5.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.

7.5.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos pela CONTRATANTE à contratada; ou recolhidos por esta em favor da União ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.5.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, a União ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.5.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o dano causado à Administração, bem como o caráter educativo da pena, observado o princípio da proporcionalidade.

7.5.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.5.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.5.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.5.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5.15. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à reunião inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, multa 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 3% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração pública, sem prejuízo da rescisão contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 5% sobre o valor total do contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de 5% sobre o valor total do contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do contrato por parte da empresa, que poderá ensejar a rescisão contratual unilateral.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referentes à execução dos serviços, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 horas úteis.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 0,1% sobre o valor total da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante - até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do contrato.
8	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de <i>software</i> (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração pública, sem prejuízo da rescisão contratual.
9	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração pública, sem prejuízo da rescisão contratual.
10	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OFB)	Glosa de 5% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 1 a 15 dias. Glosa de 10% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 16 a 20 dias. Glosa de 15% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 21 a 30 dias. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, para valores do indicador IAE maiores que 30 dias, sem prejuízo à glosa acima sobre o valor da OS apurada em relação ao atraso.
13	Não atender ao indicador de nível de serviço SAP (Indicador de suporte	Para valor abaixo de 90% – será aplicada advertência e em caso de reincidência

	atendido dentro do prazo)	multa de 3% sobre o valor da licença relacionada ao objeto do chamado.
14	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de até 3% (três por cento) do valor total do contrato.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado da forma descrita abaixo, de acordo com o item da contratação:

8.1.1. Para todos os itens, o pagamento será efetuado em parcela única pela CONTRATANTE, de acordo com a quantidade prevista na Ordem de Fornecimento de Bens, no prazo de até 30 dias corridos, contados do recebimento da NotaFiscal/Fatura de cada parcela.

8.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.4. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.

8.5. Em hipótese alguma serão pagos serviços não contratados.

8.6. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.6.1. o prazo de validade;

8.6.2. a data da emissão;

8.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.6.4. o período de prestação dos serviços;

8.6.5. o valor a pagar; e

8.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.8.1. não produziu os resultados acordados;

8.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

8.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

8.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, a empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

8.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira diária = 0,00016438, assim apurado:

TX = Percentual da taxa anual = 6% a.a.	I = (TX)/365 a.d.	I = 0,00016438 a.d.
TX=6/100 a.a.	I = (6/100)/365 a.d.	

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado para este certame é de **R\$ 19.917.590,51 (DEZENOVE MILHÕES NOVECENTOS E DEZESSETE MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS)**. Os valores máximos de referência são detalhados na tabela a seguir:

ITEM	Código CATMAT / CATSER	DESCRIÇÃO CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	Código PMCTIC	QTD UASGS	QTD TOTAL DEMANDADA	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	TOTAL DO ITEM
1	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows enterprise e3 por usuário (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft®WinE3FromSA AllLNg MonthlySubscriptionsVolumeLicense MVL 1License PerUsr	Subscrição anual	MS-A082	15	7.422	R\$ 345,72	R\$ 2.565.933,84
2	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows enterprise e3 por usuário - acadêmico - corpo docente (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft® WinEDUA3 ALNG MonthlySub MVL Per User	Subscrição anual	MS-B175	7	2.248	R\$ 164,16	R\$ 369.031,68
3	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows enterprise e3 por usuário - acadêmico - estudante (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft® WinEDUA3 ALNG MonthlySub MVL Per User	Subscrição anual	MS-B176	7	4.800	R\$ 119,52	R\$ 573.696,00
4	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows server 2019 standard 32/64bits (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft®WindowsServerSTDCORE AllLNg License/SoftwareAssurancePack MVL 2Licenses CoreLic	Subscrição anual	MS-A806	10	3.014	R\$ 218,15	R\$ 657.504,10
5	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows server 2019 standard 32/64bits - acadêmico (subscrição anual), suporte padrão	Microsoft®WindowsServerSTDCORE AllLNg License/SoftwareAssurancePack MVL 2Licenses CoreLic	Subscrição anual	MS-B154	7	2.208	R\$ 46,00	R\$ 101.568,00
6	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows server 2019 datacenter 32/64bits (subscrição anual), suporte prioritário	Microsoft®WindowsServerDCCore AllLNg License/SoftwareAssurancePack MVL 2Licenses CoreLic	Subscrição anual	MS-A803	18	1.063	R\$ 1.155,77	R\$ 1.228.583,51
7	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	windows server 2019 datacenter 32/64bits - acadêmico (subscrição anual), suporte prioritário	Microsoft®Windows®ServerDatacenter AllLNg SASStepUp MVL 1License WindowsServerStandard 2Proc	Subscrição anual	MS-B568	10	558	R\$ 1.482,00	R\$ 826.956,00
8	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard - 36 meses, suporte padrão	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard (RH00002)	Subscrição 36 meses	RH00002F3	4	23	R\$ 33.931,52	R\$ 780.424,96
9	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters com Smart Management, Premium - 36 meses, suporte prioritário	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium	Subscrição 36 meses	RH00006	7	137	R\$ 69.130,31	R\$ 9.470.852,47
10	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Red Hat Enterprise Linux Server com Smart Management, Premium (Physical or Virtual Nodes) - 36 meses, suporte prioritário	Red Hat Enterprise Linux Server with Smart Management, Premium	Subscrição 36 meses	RH00008F3	7	96	R\$ 22.420,41	R\$ 2.152.359,36
11	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Linux Enterprise Server Priority (1-2 Soquetes ou 1-2 máquinas virtuais) - 36 meses, suporte prioritário	SUSE Linux Enterprise Server, x86 & x86-64, 1-2 Sockets or 1-2 Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	4	28	R\$ 4.838,34	R\$ 135.473,52
12	27502	Cessão temporária de direitos sobre	SUSE Servidor empresarial Linux	SUSE Linux Enterprise Server with Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets with	Subscrição 36 meses	-	3	12	R\$ 9.676,68	R\$ 116.120,16

		programas de computador locação de software	com Live Patching, x86-64, (1- 2 Soquetes com máquinas virtuais ilimitadas) - suporte prioritário, 36 meses	Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year						
13	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Manager Lifecycle Management+, x86- 64, 1-2 Sockets com máquinas virtuais ilimitadas, suporte prioritário, 3 Year	SUSE Manager Lifecycle Management+, x86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	3	12	R\$ 1.239,42	R\$ 14.873,04
14	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Manager Lifecycle Management + x86- 64 (1-2 Sockets ou 1- 2 máquinas virtuais) - 36 meses com suporte prioritário	SUSE Manager Lifecycle Management+, x86-64, 1-2 Sockets or 1-2 Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	2	11	R\$ 619,74	R\$ 6.817,14
15	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	SUSE Desktops Linux, 1 instância – Suporte Padrão - 36 meses	SUSE Linux Enterprise Desktop, x86 & x86-64, 1 Instance, Standard Subscription, 3 Year	Subscrição 36 meses	-	3	41	R\$ 387,36	R\$ 15.881,76
16	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Oracle Linux Basic - 36 meses, suporte padrão	Oracle Linux Basic - 3 year support	Subscrição 36 meses	-	5	15	R\$ 19.981,67	R\$ 299.725,05
17	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Oracle Linux Premier Limited - 36 meses, suporte prioritário	Oracle Linux Premier Limited - 3 year support	Subscrição 36 meses	-	3	12	R\$ 24.786,52	R\$ 297.438,24
18	27502	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	Oracle Linux Premier - 36 meses, suporte prioritário	Oracle Linux Premier - 3 year support	Subscrição 36 meses	-	3	8	R\$ 38.043,96	R\$ 304.351,68
TOTAL									R\$ 19.917.590,51	

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

10.1. Não se aplica, por se tratar de Sistema de Registro de Preços e uma vez que a Central de Compras não realiza aquisições para si, mas em nome de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Não obstante, cada órgão deverá instruir os autos com a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, indicando rubrica específica e suficiente para cobertura das despesas correspondentes, em seus processos individuais de Planejamento da Contratação, para o seu caso concreto.

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência do contrato será assim definido:

11.1.1. Para os itens 1 a 7, o prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato;

11.1.2. Para os itens 8 a 18, o prazo de vigência será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do contrato.

11.2. Será possível a prorrogação contratual, nos termos do inciso IV do artigo 57, da Lei 8.666, de 1993, dado que se trata de serviço continuado de utilização de programas de informática, ou seja, são necessidades perenes (aquelas que não se extinguem após um ciclo definido), essenciais para suportar direta ou indiretamente as atividades de negociais finalística dos órgãos ou entidades partícipes da contratação e também são necessidades que se repetem a cada novo exercício financeiro. Cabendo observar que para a prorrogação das licenças de 36 meses deverá haver, necessariamente, a proporcionalidade do valor da licença para os 12 meses finais até se atingir o limite preconizado de 48 meses previstos no dispositivo legal indicado.

11.2.1. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da necessidade, da economicidade e da oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a permanência da vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

12. DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1. Os preços propostos serão reajustados de acordo com o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, conforme determina a Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018, emitida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC - do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento Gestão - MPDG -, o qual foi sucedido pelo Ministério da Economia. O prazo do reajuste em questão será contado, quando for necessário, obrigatoriamente, de 12 meses após a apresentação da proposta pela LICITANTE para participar no certame licitatório, conforme § 1º do artigo 3º lei nº 10.192/2001.

13. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. A licitante deverá dar lances individualizados para cada item apresentado na seção "Objeto da Contratação".

13.2. Os preços deverão ser expressos em R\$ (Reais) e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à presente contratação.

13.3. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

13.4. A licitante vencedora deve preencher os preços do(s) modelo(s) de proposta comercial (ANEXO G) do(s) item(s) em que for vencedora, conforme lances.

14. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

14.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

14.2. A natureza do fornecimento de licenças de *software* não enseja a necessidade da previsão da formação em consórcio por si, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de um produto digital cuja logística não se apresenta como complexa ou que exija a necessidade de especialidade da empresa contratada em verticais/segmentos muito diversificadas do objeto de maneira que se justifique a formação de um consórcio de empresas. Desse modo, não há situação fática que comprove a necessidade da previsão do uso desse instituto no presente processo.

15. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**15.1. Regime, Tipo, Modalidade da Licitação e Modo de Disputa**

15.1.1. O regime da execução dos contratos é de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que permite o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados e justifica-se pela dificuldade de definir-se, de antemão, o quantitativo exato de utilização dos serviços.

15.1.2. O tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO DO ITEM para a seleção da proposta mais vantajosa.

15.1.3. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA.

15.1.4. O Modo de Disputa será ABERTO E FECHADO.

15.1.5. Não aplicação da cota reservada (25% para ME: Micro Empresa e EPP: Empresa de Pequeno Porte - Decreto nº 8.538/2015).

15.2. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação e Proposta de Preços

15.2.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços, mediante a apresentação, para todos os itens, de:

a) atestado(s), certidões ou declaração(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante que demonstre(m) a sua técnica para o cumprimento do contrato em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, comprovando a execução satisfatória do fornecimento de licenças semelhantes às previstas na descrição de cada item em disputa. Considera-se quantidade compatível aquela não inferior a 5% (cinco por cento) da quantidade do item licitado.

b) os atestado(s) ou declarações devem referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

15.2.2. Para todos os itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, na proposta de preços comercial deverá constar as informações e quantidades contidas na tabela do subitem 1.2 do TR e que irá disponibilizar as licenças conforme prazo de entrega estipulado no subitem 4.5.1 deste Termo de Referência.

15.2.3. Será permitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos mínimos relativos ao mesmo quesito de capacidade técnica de cada item.

15.2.4. A licitante deverá apresentar:

a) atestado(s) de objeto semelhante ao da presente contratação;

b) declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

15.2.5. A licitante deve disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s) fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratador e local em que foram prestados os serviços, bem como contato para esclarecer possíveis dúvidas em sede de diligência.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato.

16.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

16.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

16.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração pública promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

16.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

16.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

16.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

16.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

16.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

16.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação por meio de reposição ou endosso.

16.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição ou endosso no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

16.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.11. Será considerada extinta a garantia:

16.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

16.13. A contratada autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será permitida a subcontratação do objeto por se entender que existem várias empresas no mercado que conseguem atender em sua integralidade o objeto da contratação sem a necessidade de buscar com terceiros serviços ou bens acessórios para conseguir cumprir na integralidade as obrigações contratuais exigidas para essa contratação.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, e não haja prejuízo à execução do objeto contratado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 18.2. A manutenção do contrato com empresas em processo de fusão, cisão ou incorporação será permitida desde que aprovada pelo órgão gestor da ata de registro de preços e que as empresas envolvidas apresentem e mantenham documentação habilitatória regular e plena condição de atendimento às necessidades técnicas e de documentação exigidas neste Termo de Referência.

19. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

- 19.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Documento de Oficialização de Demanda SEI-ME (9209605) e, posteriormente, atualizada pelo despacho nº (15041127).
- 19.2. Conforme com o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Documento assinado eletronicamente

CARLOS GUSTAVO CORDEIRO DE ANDRADE

Integrante Requisitante

Siape 1779630

Documento assinado eletronicamente

GERVASIO RÔXO GUIMARÃES

Integrante Técnico

Siape 1547789

Documento assinado eletronicamente

ABDIAS DA SILVA OLIVEIRA

Integrante Administrativo

Siape 1101621

Outubro de 2021

De acordo. À consideração da Diretora da Central de Compras.

Documento assinado eletronicamente

CARLOS GUSTAVO CORDEIRO DE ANDRADE

Coordenador-Geral Substituto da CGTIC

Matrícula/SIAPE 1779630

Aprovo o presente Termo de Referência e, conforme §2º do art. 2º da Instrução normativa nº 05/2014 SEGES/ME, asseguradas as justificativas e a exposição de motivos constantes da Metodologia de definição do Preço de Referência ou pesquisa de preços SEI-ME (19015550) e Nota Técnica, SEI-ME (17769159) , elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, aprovo também a utilização da metodologia adotada.

Documento assinado eletronicamente

LARA BRAINER MAGALHÃES TORRES DE OLIVEIRA

Diretora

Matrícula/SIAPE 1503583

ANEXO A - PAUTA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA POR UASG

1. A seguir encontra-se a tabela de distribuição detalhada, em que consta a indicação de cada UASG, município/UF de entrega, e a respectiva quantidade prevista.

ITEM 01			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Medianeira/PR	250
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Santa Helena/PR	15
156403 - SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA	Unidade	São Carlos/SP	982
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Unidade	Goiânia/GO	200
158296 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS S.R.MAGANGEIRAS	Unidade	São Raimundo das Mangabeiras/MA	1

158429 - IFES - CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Unidade	Venda Nova do Imigrante/ES	10
158740 - INST.FED.CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA	Unidade	Santa Maria da Boa Vista/PE	35
160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME/MT	Unidade	Cuiabá/MT	250
160414 - COMANDO 6 BRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA/RS	Unidade	Santa Maria/RS	10
183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Unidade	Duque de Caxias/RJ	430
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
320004 - MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	880
458250 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO/RO	Unidade	Ji-Paraná/RO	30
550005 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	Unidade	BRASÍLIA/DF	2.828
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	1.500
		TOTAL	7.422

ITEM 02

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Medianeira/PR	280
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Santa Helena/PR	15
156403 - SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA	Unidade	São Carlos/SP	1.442
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Unidade	Goiânia/GO	200
158429 - IFES - CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Unidade	Venda Nova do Imigrante/ES	10
160129 - ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS	Unidade	Três Corações/MG	300
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
		TOTAL	2.248

ITEM 03

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Medianeira/PR	300
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Santa Helena/PR	15
156403 - SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA	Unidade	São Carlos/SP	4.257
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Unidade	Goiânia/GO	200
158296 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS S.R.MAGANGUEIRAS	Unidade	São Raimundo das Mangabeiras/MA	1
158740 - INST.FED.CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA	Unidade	Santa Maria da Boa Vista/PE	26
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
		TOTAL	4.800

ITEM 04

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Medianeira/PR	5
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Toledo/PR	5
154003 - MEC-FUCAPES-FUND.COORD.DE AP.NIV.SUPERIOR/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	107
156403 - SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA	Unidade	São Carlos/SP	20
158132 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC DO MAT.G.DO SUL	Unidade	Campo Grande/MS	5
158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Unidade	Porto Velho/RO	224
158157 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	15
158296 - INST.FED.DO MARANHÃO/CAMPUS S.R.MAGANGUEIRAS	Unidade	São Raimundo das Mangabeiras/MA	1
458250 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO/RO	Unidade	Ji-Paraná/RO	16
550005 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	Unidade	BRASÍLIA/DF	2.616
		TOTAL	3.014

ITEM 05

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
153015 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA - MG	Unidade	Belo Horizonte/MG	4
154040 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Unidade	BRASÍLIA/DF	1.952
156403 - SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA	Unidade	São Carlos/SP	20
158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Unidade	Porto Velho/RO	224
158157 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	6
158568 - INST.FED.DO SERTÃO PERNAMB/CAMPUS SALGUEIRO	Unidade	Salgueiro/PE	1
158740 - INST.FED.CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA	Unidade	Santa Maria da Boa Vista/PE	1
		TOTAL	2.208

ITEM 06

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	Unidade	Goiânia/GO	96
113201 - SAE-CNEN-COMIS.NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR/RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	60
153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA	Unidade	Medianeira/PR	2
153032 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG	Unidade	Lavras/MG	84
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Unidade	Goiânia/GO	8
158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	Unidade	São Paulo/SP	66
158157 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	228
158750 - IFECT-SP - CAMPUS PIRITUBA	Unidade	São Paulo/SP	12
160395 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS	Unidade	Porto Alegre/RS	5
160414 - COMANDO 6 BRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA/RS	Unidade	Santa Maria/RS	3
183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Unidade	Duque de Caxias/RJ	144
193028 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS/ AM	Unidade	Manaus/AM	4
200119 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS	Unidade	Porto Alegre/RS	4
243001 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Unidade	BRASÍLIA/DF	102
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
320004 - MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS / DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	80
364102 - CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL	Unidade	BRASÍLIA/DF	64
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	100
		TOTAL	1.063

ITEM 07

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
153015 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA - MG	Unidade	Belo Horizonte/MG	1
153032 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG	Unidade	Lavras/MG	84
154359 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Unidade	Alegrete/RS	108
156403 - SECRETARIA GERAL DE INFORMÁTICA	Unidade	São Carlos/SP	20
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Unidade	Goiânia/GO	8
158150 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	Unidade	Macapá/AP	1
158153 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS	Unidade	Goiânia/GO	302
158157 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	3
160129 - ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS	Unidade	Três Corações/MG	30
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
		TOTAL	558

ITEM 08

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
153032 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG	Unidade	Lavras/MG	4
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Unidade	Goiânia/GO	8
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	23

ITEM 09

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
154003 - MEC-FUCAPES-FUND.COORD.DE AP.NIV. SUPERIOR/ DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	40
158157 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	4
240101 - MCT-COORD. GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	15
243001 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Unidade	BRASÍLIA/DF	21
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
550005 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	Unidade	BRASÍLIA/DF	46
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	137

ITEM 10

IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
154003 - MEC-FUCAPES-FUND.COORD.DE AP.NIV. SUPERIOR/ DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	39
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Unidade	Goiânia/GO	8
160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME /MT	Unidade	Cuiabá/MT	10
243001 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Unidade	BRASÍLIA/DF	20

250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
550005 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	Unidade	BRASÍLIA/DF	8
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	96
ITEM 11			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME/MT	Unidade	Cuiabá/MT	1
183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Unidade	Duque de Caxias/RJ	16
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	28
ITEM 12			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME/MT	Unidade	Cuiabá/MT	1
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	12
ITEM 13			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME/MT	Unidade	Cuiabá/MT	1
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	12
ITEM 14			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	11
ITEM 15			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME/MT	Unidade	Cuiabá/MT	30
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	41
ITEM 16			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
154003 - MEC-FUCAPES-FUND.COORD.DE AP.NIV.SUPERIOR/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	2
160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME/MT	Unidade	Cuiabá/MT	1
183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Unidade	Duque de Caxias/RJ	1
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	15
ITEM 17			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME/MT	Unidade	Cuiabá/MT	1
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
		TOTAL	12
ITEM 18			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade

160158 - COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA-ME/MT	Unidade	Cuiabá/MT	1
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	6
		TOTAL	8

ANEXO B - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS (OFB)**1. ORDEM DE FORNECIMENTO**

Órgão ou Instituição "XXXX"

Contrato nº XX/XXXX
OS - AAAA- XXXX

2. DESCRIÇÃO GERAL DOS PRODUTOS, INCLUINDO O QUE SERÁ E O QUE NÃO SERÁ EXIGIDO

--

3. BENS E QUANTIDADES

Numeração	PRODUTOS	QUANTIDADE DOS PRODUTOS

4. PRAZO PARA FORNECIMENTO

Data e hora de início	Data e hora de término

Cidade XXX , ____ de _____ de ____.

_____ Responsável técnico da empresa Empresa xxxxxxxxxxxx	_____ Responsável técnico do Órgão ou Entidade Órgão ou Entidade
---	--

ANEXO C - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO**TERMO DE COMPROMISSO**

O <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º<CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º<CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL

celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos nº 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessária a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20 ____

De acordo.

CONTRATANTE	CONTRATADA
<div><div>_____</div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>	<div><div>_____</div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>
Testemunhas	
<div>Testemunha 1</div> <div><div>_____</div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>	<div>Testemunha 2</div> <div><div>_____</div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>

ANEXO D - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

TERMO DE CIÊNCIA

Contrato N°:	
Objeto:	
Contratante:	
Gestor do Contrato:	Matr.:
Contratada:	CNPJ:
Preposto da Contratada:	CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Contratante.

_____, _____ de _____ de 20____.

Ciência

CONTRATADA	
Funcionários	
<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>	<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>
<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>	<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>
<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>	<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>
<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>	<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>

ANEXO E - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que o objeto da OS foi devidamente avaliado e atende aos requisitos estabelecidos em contrato.

IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº [XXXXXXX] Contratada: [XXXXXX] Contratante: [XXXXXX]

OS Nº: <XXXXXXXX>Data da Emissão: <dia> de <mês> de <ano>.

Solução de TI

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Item	Descrição de Produto e Serviço	Métrica	Quantidade	Total
1.	<Descrição igual da OS>	unidade		
...				
TOTAL DOS ITENS				

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 01/2019 SGD/ME, que os serviços e/ou bens integrantes da OS acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

DE ACORDO:

Gestor	Fiscal Requisitante do Contrato

<p><nome do Gestor></p> <p>Matr.: <nº da matrícula></p>	<p><nome do fiscal requisitante do contrato></p> <p><Qualificação></p>
Local, <dia> de <mês> de <ano>.	Local, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO F - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

INTRODUÇÃO				
O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à Contratada que o objeto da OS foi devidamente entregue para fins de avaliação da qualidade e posterior emissão do Termo de Recebimento Definitivo.				
IDENTIFICAÇÃO				
Contrato nº [XXXXXXX] Contratada: [XXXXXX] Contratante: [XXXXXX]				
OS Nº: <XXXXXXXX>			Data da Emissão: <dia> de <mês> de <ano>.	
Solução de TI				
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS				
Item	Descrição de Produto e Serviço	Métrica	Quantidade	Total
1.	<Descrição igual da OS >			
...				
TOTAL DOS ITENS				

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 01/2019 SGD/ME, que os serviços e/ou bens integrantes da OS acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

DE ACORDO:	
Fiscal Técnico	
<p><nome do fiscal técnico></p> <p>Matr.: <nº da matrícula></p>	
Local, <dia> de <mês> de <ano>.	

ANEXO G - MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO**TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO****Identificação**

Contrato Número:	
Objeto:	
Contratante:	

Termos

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O presente contrato está sendo encerrado por motivo de <motivo>.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no parágrafo a seguir.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;

As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;

A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.

<inserir pendências, se houver>.

E assim, tendo lido e concordado com todos os seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

_____, _____ de _____ de 20____.

De acordo.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Autoridade da Área Administrativa	Representante Legal
<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: <Matr.></div></div>	<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>

ANEXO H - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____ - _____

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL

OBJETO: Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de licenças de uso de *softwares* de sistemas operacionais, com direito de atualização e suporte.

Item	Identificação Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

ANEXO I - DEFINIÇÃO DE USUÁRIO EDUCACIONAL QUALIFICADO

1. A tabela a seguir apresenta os critérios de qualificação para se adquirir produtos de edição acadêmica da Microsoft nos programas indicados e que estão definidos como usuários educacionais qualificados:

USUÁRIOS EDUCACIONAIS QUALIFICADOS:	PROGRAMAS QUALIFICADOS:

USUÁRIOS EDUCACIONAIS QUALIFICADOS:	PROGRAMAS QUALIFICADOS:
<p>A) Instituições Educacionais Definidas como uma instituição credenciada ou reconhecida por um órgão governamental competente, organizado e operado exclusivamente para a finalidade de ensinar os estudantes registrados ("Instituições Educacionais"). Uma instituição credenciada deve ser:</p> <p>1. Uma escolha de ensino fundamental e pública ou particular, escola vocacional, escola por correspondência, escola de ensino médio, faculdade, universidade ou escola científica ou técnica que possui certificação ou é reconhecida por uma agência do governo competente. OU</p> <p>2. Uma pré-escola atendendo a todos os seguintes critérios: (i) é um programa da primeira infância incorporado para a finalidade de fornecer serviços educacionais para crianças entre dois e cinco anos e que atende no mínimo 10 crianças e (ii) está em operação por pelo menos um ano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Academic Open • Academic Select Plus • Enrollment for Education Solutions (Tanto para Ensino do Primário ao Secundário como Pré-escolar e Superior) • Contrato Get Genuine Windows – Academic • Contrato de Nuvem da Microsoft (CSP) • Contrato de Cliente da Microsoft • Contrato Microsoft Online Subscription • Contrato de Produtos e Serviços da Microsoft • Open Value Subscription – Soluções de Educação (Tanto para Ensino do Primário ao Secundário como Pré-escolar e Superior) • Contrato School (Ensino Fundamental ou Pré-escolar Apenas) • Contrato de Licenciamento para Services Provider
<p>B) Escritórios Administrativos ou Conselhos Educacionais Definidos como (a) escritórios distritais, regionais ou estaduais de Instituições Educacionais públicas ou (b) entidades administrativas organizadas e operadas exclusivamente para a administração de Instituições Educacionais particulares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Academic Open • Academic Select Plus • Enrollment for Education Solutions (Tanto para Ensino do Primário ao Secundário como Pré-escolar e Superior) • Contrato Get Genuine Windows – Academic • Microsoft Cloud Agreement (CSP) • Contrato de Cliente da Microsoft • Contrato Microsoft Online Subscription • Contrato de Produtos e Serviços da Microsoft • Open Value Subscription – Soluções de Educação (Tanto para Ensino do Primário ao Secundário como Pré-escolar e Superior) • Contrato School (Somente Ensino Fundamental) • Contrato de Licenciamento para Services Provider
<p>C) Bibliotecas Públicas Devem atender a todos os critérios a seguir: (i) fornecer serviços gerais de biblioteca sem custo a todos os residentes de uma determinada comunidade, distrito ou região; (ii) ter suporte dos fundos públicos ou privados; (iii) disponibilizar suas coleções básicas e serviços básicos à população de sua área de atuação legal sem custos para usuários individuais, mas pode impor custos a usuários fora de sua área de atuação legal e (iv) podem ou não fornecer produtos e serviços, além de seus serviços básicos, ao público de forma geral com ou sem custos individuais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Academic Open • Academic Select Plus • Contrato Get Genuine Windows - Academic • Contrato de Cliente da Microsoft • Contrato Microsoft Online Subscription • Contrato de Produtos e Serviços da Microsoft • Contrato de Licenciamento para Services Provider
<p>D) Museus Públicos Devem atender a todos os critérios a seguir: (i) ser uma agência ou instituição pública ou privada organizada de forma permanente para fins essencialmente educacionais ou estéticos; (ii) usar uma equipe profissional; e (iii) possuir ou usar objetos tangíveis, cuidar deles e exibi-los ao público regularmente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Academic Open • Academic Select Plus • Contrato Get Genuine Windows – Academic • Contrato de Cliente da Microsoft • Contrato Microsoft Online Subscription • Contrato de Produtos e Serviços da Microsoft • Contrato School • Contrato de Licenciamento para Services Provider
<p>E) Instituições Religiosas Devem fornecer serviços educacionais ao público em geral regularmente, com ou sem custos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Academic Open • Academic Select Plus • Contrato Get Genuine Windows – Academic • Contrato de Cliente da Microsoft • Contrato de Produtos e Serviços da Microsoft • Contrato de Licenciamento para Services Provider

2. Todos os usuários educacionais qualificados pela Microsoft devem estar localizados ou residirem em países da América Latina.

3. Nota especial sobre Hospitais, Sistemas de Saúde, Escolas Militares do Governo/Instalações de Treinamento e Laboratórios de Pesquisa: Hospitais, sistemas de assistência médica e laboratórios de pesquisa (incluindo laboratórios de pesquisa independentes ou laboratórios de pesquisa afiliados com um cliente educacional ou agência governamental elegível) NÃO estão qualificados para adquirir produtos de edição acadêmica, a menos que eles pertençam e sejam totalmente operados por uma Instituição Educacional qualificada, conforme definido acima nas Seções A e B. "Pertence e é totalmente operado" significa que a Instituição Educacional é a única proprietária do referido hospital, sistema de assistência médica ou laboratório de pesquisa e a única entidade que exerce controle sobre as operações rotineiras do hospital. Hospitais, sistemas de saúde e laboratórios de pesquisa elegíveis NÃO estão permitidos a comprar sob um Contrato School e NÃO estão permitidos a serem incluídos como parte de um Contrato School da Instituição Educacional mesmo que eles pertençam e sejam totalmente operados pela Instituição Educacional. As escolas militares e outras instalações de treinamento operadas pelo governo que não concedem graus acadêmicos e não estão qualificadas para adquirir produtos de edição acadêmica.



Documento assinado eletronicamente por **Gervásio Rôxo Guimarães, Administrador(a)**, em 28/10/2021, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Gustavo Cordeiro de Andrade, Coordenador(a)**, em 28/10/2021, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Abdias da Silva Oliveira, Analista**, em 28/10/2021, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lara Brainer Magalhães Torres de Oliveira, Diretor(a)**, em 28/10/2021, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19760192** e o código CRC **62130C4F**.

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

Referência: Processo nº 19973.103872/2020-10.

SEI nº 19760192